

Notas e Resenhas

A TRADIÇÃO ESPACIAL NA GEOGRAFIA

GEOGRAFIA, Rio Claro, 24(2): 53-64, agosto 1999

INTRODUÇÃO

Historicamente, as ciências, no transcorrer do processo de seu desenvolvimento, caracterizam-se por apresentarem de tempos em tempos, uma concentração de estudos voltados à solução de problemas ou questões revelados pela realidade. Esta priorização culmina por definir, no quadro de uma determinada ciência, num particular recorte histórico, uma tradição de estudos, via de regra, objetivada por seu objeto de conhecimento.

Com a Geografia não poderia ser diferente. Ao longo do seu desenvolvimento histórico, como disciplina científica, podem ser identificadas, pelo menos, quatro tradições (visões, questões, temas, linhas, dimensões) que polarizaram a atenção e esforços de um bom número de estudiosos.

Neste aspecto, PATTISON, 1976, p. 132, identifica quatro tradições: espacial; de estudos de área; homem-terra e de ciência da terra. TAAFFE, 1975, p. 6, discute três destas tradições, como visões: visão espacial-expressa como um estudo de organização espacial; visão homem-terra ou ecológica – enfatizando as relações entre o homem e meio ambiente natural; visão de estudos de área – expressa também como estudo regional, inter-relação de área, corológica ou diferenciação de área – numa perspectiva integrativa. CORRÊA, 1990, p. 7, ao discutir as correntes ou paradigmas do pensamento geográfico, apresenta-as vinculadas a uma das três abordagens: o estudo das relações homem/meio; o estudo de áreas; os estudos locacionais.

Depreende-se portanto, que apenas a tradição da Geografia como ciência da terra não é comum aos três estudiosos, embora, conste ela do rol de preocupações, sobretudo, da Geografia Clássica.

Objetivando sistematizar as propostas apresentadas, procuramos sintetizá-las em quatro tradições, a saber:

1ª – tradição ambiental – envolvendo o estudo do conjunto de relações que se estabelecem entre o homem e o meio; 2ª – tradição regional – envolvendo o estudo do conjunto de inter-relação de fenômenos que concorrem à diferenciação regional; 3ª – tradição espacial – envolvendo o estudo do conjunto de processos e relações que concorrem à definição de uma organização espacial; 4ª – tradição de ciência da terra – envolvendo o estudo do conjunto de relações, conexões causais, entre os mais variados fenômenos à superfície da terra que concorrem ao entendimento da unidade da natureza.

Todavia, por mais que se queira, esta tentativa de sintetização não consegue evitar que ocorram interpenetrações e superposições entre estas linhas tradicionais do temário geográfico.

Dentre as tradições apontadas, a tradição espacial – por vezes também designada por locacional – é a que vem se afirmando como mais urgente e relevante no contexto da Geografia

contemporânea, objetivada através do estudo da organização espacial ou da organização do espaço.

Pretende-se, através deste artigo, resgatar, sinteticamente, a trajetória ascendente da tradição espacial, no quadro da ciência geográfica, até sua afirmação como seu principal objeto de investigação sob o rótulo de organização do espaço.

AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES

As primeiras manifestações com relação à tradição espacial na Geografia, assim como as demais tradições – ambiental, regional e de ciência da terra, aconteceram, na Antiguidade Clássica, entre os “filósofos naturalistas gregos”.

Com respeito à tradição espacial as primeiras preocupações são obra de dois sábios vinculados à “Escola de Alexandria”.

Eratóstenes de Cirene, diretor da Biblioteca de Alexandria, por volta de meados do século III a.C., aborda a questão espacial na Geografia, através da construção do primeiro Mapa Mundi baseado na rede de coordenadas geográficas. Procurou articular os lugares baseado nos caminhos e dados fornecidos por sábios e viajantes. Na sua obra geográfica – “Memórias Geográficas” –, particularmente na terceira parte – “Geografia Matemática” – procurou determinar as coordenadas geográficas dos principais lugares conhecidos (AZEVEDO, 1965, p. 130-133). Com a criação desse sistema de coordenadas geográficas – latitude e longitude –, sobre o qual Eratóstenes projetou a localização dos mares, terras, montanhas, rios e cidades, segundo BROEK, 1972, p. 21, nascia o verdadeiro mapa, “a ordem geográfica substituía a descrição desordenada”.

Posteriormente, em meados do século II d.C., a questão espacial é tratada na “Geografia” de Cláudio Ptolomeu, notadamente quanto aos aspectos da localização dos lugares (PATTISON, 1976, p. 133). Com efeito, segundo BROEK, 1972, p. 21: “Ptolomeu organizou um grande vocabulário de todos os nomes de lugares que conhecia, dando a localização de cada um deles pela latitude e longitude”. De forma semelhante, AZEVEDO, 1965, p. 138, observa que Ptolomeu: “Conseguiu organizar uma cansativa relação de 8.000 lugares e acidentes, fixando-lhes as coordenadas geográficas e fornecendo informações a respeito dos países, suas fronteiras e seus habitantes”.

Assim, generalizando, constata-se que a questão espacial apresentava-se como uma preocupação latente no pensamento geográfico da Grécia Antiga, apesar do seu caráter de localização linear e pontual.

Durante o longo período de tempo que se seguiu até a gênese e formação da Geografia Moderna com as figuras de Humboldt e Ritter, envolvendo a Idade Média e a Idade Moderna, nada de significativo aconteceu que valorizasse a questão espacial na Geografia. Esta foi completamente deixada de lado. As obras de Geografia que se sucederam, habitualmente, apresentavam um caráter enciclopédico e cosmográfico, revelando uma perspectiva regional descritiva.

Com efeito, segundo FERREIRA e SIMÕES, 1986, p. 53, no princípio do século XV, obras da Antiguidade como de Ptolomeu, Aristóteles, Estrabão, etc., foram traduzidas para o latim e “a Geografia retoma os dois rumos que vinha seguindo na antiguidade: A geografia matemática, ligada à cartografia e às observações astronômicas; A geografia descritiva”. Assim os aspectos da localização, presentes nas obras de Eratóstenes e Ptolomeu, ficam por conta da Cartografia.

Esta etapa de evolução do conhecimento geográfico – da Grécia Antiga à formação da Geografia Moderna – recebeu por parte de SODRÉ, 1977, p. 23, a designação de “Pré-História da Geografia” ou se se preferir “Geografia Pré-Científica”.

A QUESTÃO ESPACIAL NA GEOGRAFIA CLÁSSICA OU TRADICIONAL

A etapa da história da Geografia compreendida entre a sua afirmação como disciplina científica – meados do século XIX – e o advento da Nova Geografia ou Revolução Teorética Quantitativa – meados do século XX – é, tradicionalmente, denominada pelos geógrafos de Geografia Tradicional (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 12, MORAES, 1981, p. 20) ou Clássica (ANDRADE, 1987, p. 63, CLAVAL, 1978, p. 38).

A época da formação da Geografia Moderna, a questão espacial está contida nas propostas geográficas de Humboldt e de Ritter.

3.1. A Questão Espacial à Época da Formação da Geografia Moderna

Na perspectiva de Humboldt, apud MORAES, 1981, p. 47, o objeto da Geografia seria: “A contemplação da universalidade das coisas, de tudo que coexiste no espaço concernente a substâncias e forças, da simultaneidade dos seres materiais que coexistem na Terra”.

Ainda, segundo MORAES, 1989, p. 108: “Humboldt deixa claro que a Geografia é uma ciência sintética, cujo objeto não é nenhuma classe específica de fenômenos e sim as conexões entre os fenômenos os mais variados, que se manifestam na superfície da Terra”.

Portanto, não há como deixar de reconhecer que a questão espacial está presente na proposta geográfica de Humboldt. E, segundo MORAES, 1989, p. 109, “fica claro que as conexões (poderíamos pensar nos termos ‘combinações’ de Cholley ou ‘integrações’ de Hartshorne) são em si universo da investigação científica.

Contudo, quem conseguiu captar com maior clareza e objetividade a preocupação com a questão espacial presente no espírito e na Geografia de Humboldt foi DE MARTONNE, 1953, p. 20, ao colocar que “a geografia moderna encara a distribuição à superfície do globo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas dessa distribuição e as relações locais desses fenômenos”.

Na obra geográfica de Ritter, a preocupação com a questão espacial apresenta-se mais clara e evidente, talvez, justamente pelo rigor metodológico e sistematizador que empregava na redação dos seus trabalhos.

Nesse aspecto, FERREIRA e SIMÕES, 1986, p. 63, observam que Ritter na sua obra *Erdkunde*

descreveu diversas áreas do mundo, tentando integrar o quadro físico com a ocupação humana, tendo estabelecido o método de estudo: relevo, clima, produções, população, síntese final. As suas descrições são de áreas que ele considerava únicas, devido à inter-relação dos fenômenos nelas existente. Concede grande importância às formas espaciais e a reconstrução do todo, partindo da observação do simples para o complexo.

Prosseguindo, as autoras (FERREIRA e SIMÕES, 1986, p. 64), observam que “Ritter completando e organizando pedagogicamente o trabalho de Humboldt, dedicou especial atenção às descrições e análises regionais, tentando explicar a inter-relação entre os fenômenos nelas existentes [...]”.

Sobre este aspecto, NICOLAS OBADIA, apud MORAES, 1989, p. 179, “apontou com clareza este enfoque, ao dizer: “A Geografia é para Ritter a ciência das relações espaciais. Ele define o axioma corológico ‘é geográfico todo objeto, no sentido estatístico do termo, que diferencia o espaço terrestre””.

De forma semelhante, Hartshorne citado por MORAES, 1989, p. 178-179, apresenta-se mais enfático, ao afirmar:

Nas análises de Ritter, a heterogeneidade dos fenômenos foi não só aceita, mas acentuada como característica essencial da Geografia. A matéria encontra sua unidade e especificidade enquanto campo do conhecimento, através do estudo do caráter das áreas, determinado pela multiplicidade de aspectos que, em suas inter-relações, recobrem as áreas da superfície terrestre.

Portanto, não restam dúvidas quanto à importância da questão espacial na proposta geográfica de Ritter. E, MORAES, 1989, p. 182, reconhece que para Ritter: “A ótica geográfica é aquela que privilegia a ‘importância espacial dos fenômenos’”. Estava aberto o caminho para o estudo das interações espaciais.

Diante disto, está perfeitamente claro que a questão ou tradição espacial constituía-se e apresentava-se como uma das preocupações fundamentais quando da constituição da Geografia Moderna.

Onde, por que onde, como onde eram questões que precisavam ser procuradas na distribuição e inter-relação espacial dos fenômenos.

Com efeito, quanto à dimensão espacial do fato geográfico, BROEK, 1972, p. 45, reconhece que: “As expressões ‘localização’ e ‘disposição’ são as mais freqüentes na literatura geográfica”. Destaca, ainda que: “Para sabermos onde está alguma coisa, é necessário definir a sua relação espacial com pontos conhecidos. Localizar é relacionar”.

Todavia, prosseguindo, BROEK, 1972, p. 46, alerta que a localização pontual, matemática, por meio de duas coordenadas, [...] “representa apenas o ponto de partida para a descoberta de outras relações, mais significativas, entre um dado lugar e outros lugares”. Ademais, acrescenta que: “‘Situação’ refere-se à localização de um lugar, em relação a outros: o lugar visto em interação com outros lugares”.

No entanto, cabe observar por que que o enfoque sobre a questão espacial, locacional presente na formação da Geografia Moderna, não eclodia, não desenvolveu-se de imediato, sendo primeiramente ofuscado pela questão ambiental – relações homem/meio, simultânea a questão de ciência da terra, em seguida pela questão regional – diferenciação de áreas? Somente, após os anos cinqüentas é que a questão espacial viria consolidar-se como o paradigma dominante na Geografia Contemporânea (Quadro 1).

Quadro 1 - As Etapas da Geografia

ETAPAS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA GEOGRAFIA	VISÕES E DOCTRINAS DE APREENSÃO DA REALIDADE	TRADIÇÕES, LINHAS, QUESTÕES, TEMAS, DIMENSÕES	OBJETO	CORRENTES, PARADIGMAS, ABORDAGENS
1. PRÉ-HISTÓRIA DA GEOGRAFIA OU GEOGRAFIA PRÉ-CIENTÍFICA Séc. VII a. C.-1850	Teológica Metafísica	Sem unidade temática, metodológica ou de conteúdo	Indefinido	Regional descritiva (linha)
2. GEOGRAFIA CIENTÍFICA		Ciência da Terra	Conexões causais entre os múltiplos fenómenos	Física da Terra
2.1 Geografia Clássica ou Tradicional 1850-1950	Positivista	Homem-terra (Ambiental) Regional	Influências do meio s/ o homem Região (Paisagem) Área	Determinista Possibilista Possibilista Regional (Dif. de Áreas)
2.2 Geografia Renovada ou Moderna Geografia 1950	Neopositivista Marxista Humanista	E 1- Processos Espaciais (Locacional) P A C 2- Processos Sociais (Social) I A L	ESPAÇO (Organização do Espaço) SOCIEDADE (Organização Espacial)	1- NOVA GEOGRAFIA (Teórica/Quantitativa, Pragmática, Aplicada) 1950-1970 2- GEOGRAFIA CRÍTICA (Radical) 1970 ...

Org.: MORO, D.A.

Acerca desta questão CORRÊA, 1986, p. 63, coloca que os formadores da ciência geográfica preocupavam-se sobremaneira com as questões relativas à natureza da Geografia. As primeiras preocupações sistemáticas com a questão locacional manifestam-se entre os homens ligados aos negócios, quando localização e distância passaram a implicar no lucro das atividades produtivas capitalistas. Assim os primeiros estudos são obra de Cantillon, 1755 – banqueiro; Reynaud, 1836 e 1841 – engenheiro de minas, Lalanne, 1863 – engenheiro ferroviário; von Thünen, 1826 e 1863 – empresário rural. Este é considerado o pai da Teoria Locacional face sua contribuição para explicar o uso do solo agrícola. Dessa forma, segundo CORRÊA, 1986, p. 63: “Cantillon, Reynaud, Lalanne e Von Thünen situam-se entre os principais precursores da análise locacional”.

A Questão Espacial no Contexto da Tradição Homem/Terra

A tradição ambiental – relações homem/meio –, notadamente à luz do paradigma determinista, praticamente tomou conta do temário geográfico, logo após a sistematização da Geografia Moderna até meados da terceira década do século XX. Simultaneamente, às vezes com inevitável interpenetração, praticou-se a tradição de ciência da terra.

Neste contexto, como bem observa CORRÊA, 1986, p. 64, a utilização do conhecimento geográfico aparece intimamente relacionado à emergência e expansão do imperialismo. Com efeito, a Geografia contribuiria, sobremaneira, para o desenvolvimento da arte e estratégia militar – militarismo – para a formação e crescimento dos grandes impérios, para a exploração econômica e a questão da dominação e racial social.

De forma semelhante, este caráter de orientação conjuntural, ideológico e utilitário da Geografia, foi muito bem assinalado por GEORGE, 1972, p. 16-17 e 1973, p. 10-12.

Paralelamente, cabe ressaltar, em segundo plano, a persistência da tendência enciclopedista apoiada no paradigma da exploração (JOHNSTON, 1986, p. 56 e 57), designada por Geografia Geral e identificada na Geografia Acadêmica com a tradição de ciência da Terra, direcionando seus estudos à especialização, voltados à questão relativas à física da Terra, mormente à Geomorfologia, à Climatologia, à Hidrografia e à Oceanografia.

Novamente, portanto, a questão locacional é deixada marginalmente pela Geografia. Contudo, segundo CORRÊA, 1986, p. 64 a questão locacional já era objeto formal de preocupação entre economistas e sociólogos, cujos estudos produziram resultados expressivos.

Entre os economistas, destaca-se a contribuição de Alfred Weber em 1909 com a Teoria da Localização Industrial, onde discute as vantagens locais do ponto ótimo de localização da atividade industrial. No caso dos sociólogos, destacam-se as contribuições, da Escola de Ecologia Humana, criada na década de 1910 por Robert Park. A ecologia urbana, na perspectiva de um “darwinismo social” procurava explicar a lógica da organização espacial das cidades, pois considera o comportamento da sociedade análogo ao das plantas e animais (CORRÊA, 1986, p. 64).

Assim, como reconhece esse autor, tanto a economia espacial como a ecologia humana contribuíram para influenciar os estudos locais na Geografia. Segundo ele “ambas permitiram a manutenção, através de um novo enfoque, do compromisso de fato da Geografia com as classes dominantes e com o estado capitalista. No entanto, seriam necessárias algumas décadas para que o enfoque locacional passasse a vigorar na disciplina geográfica” (CORRÊA, 1986, p. 64).

Este momento identificar-se-ia com o advento e afirmação da Nova Geografia.

A Questão Espacial no Contexto da Tradição Regional

A tradição regional, na Geografia Moderna, formulada ao final do século XIX (RICHTHOFEN, HETTNER), enriquecida durante as quatro primeiras décadas do século XX (HETTNER, LA BLACHE, SAUER, HARTSHORNE), dominou o cenário da Geografia até o final dos anos cinqüentas.

Todavia, foi justamente durante o domínio da tradição regional, profundamente identificada com os paradigmas possibilista e de estudos de áreas (método regional), que foram gerados os estudos pioneiros acerca da questão espacial (locacional) no quadro da Geografia Contemporânea.

Neste sentido, CORRÊA, 1986, p. 64, identifica o gênese e ascensão gradativa da questão espacial na Geografia, vinculada ao conflito acadêmico determinismo-possibilismo, e à prática geográfica no sistema de planejamento. Com efeito, segundo esse autor, da oposição determinismo ambiental-possibilismo desponta uma Geografia Econômica valorizando as questões locais. Da mesma forma, da prática geográfica no âmbito do sistema de planejamento, acentua-se o enfoque locacional. Dessa forma, segundo observa CORRÊA, 1986, p. 64, "É portanto, a partir da discussão interna à geografia e dentro da prática de seus profissionais que está a terceira fonte do enfoque locacional na geografia".

Ainda, conforme aponta CORRÊA, 1986, p. 64 e 65, entre os estudos pioneiros, destacam-se os trabalhos de O. Jonasson – 1925 – sobre as regiões agrícolas da Europa, de R. Hartshorne – 1927 – aplicando as idéias de Weber à questão da localização industrial, de C. Colby – 1933 – acerca da atuação das forças centrífugas e centrípetas na organização do espaço urbano, de M. J. Proudfoot – 1937 – sobre a tipologia de centros comerciais intra-urbanos, de C. B. Faucett – 1919 – sobre uma nova divisão regional da Inglaterra em províncias, segundo a área de influência das grandes cidades, de R. E. Dickinson – 1939, acerca da área de influência das cidades norte-americanas, de A. E. Smailes – 1944 – acerca da hierarquia urbana inglesa.

Todavia, apesar dessa plêiade de estudos abordando no seu objeto de análise a questão locacional, a obra que, sem sombra de dúvidas, representou a principal contribuição à afirmação dos estudos locais na Geografia, foi a de Walter Christaller – 1933 – sobre a Teoria das Localidades Centrais. Nela ele explica a hierarquia urbana em função de dois mecanismos básicos: o mercado mínimo e o alcance espacial máximo.

A quarta fonte do enfoque locacional na Geografia é identificada por MORO, 1992, p. 29-31, como proveniente do desenvolvimento dos estudos regionais, no contexto da própria geografia.

Seguramente, a Geografia Regional proposta e desenvolvida por Hettner, La Blache, Sauer, Hartshorne e outros, continha em seu corpo questões locais. Isto acontecia à medida que os estudos regionais evoluíam, procurando dar conta de explicar a individualidade, o caráter das regiões, dos lugares, em parte como resultado das inter-relações espaciais, isto é, as relações entre as regiões e, intra-regionais, entre a cidade-pólo regional e seu espaço funcional. Estava aberto, assim, na própria tradição regional, a perspectiva para o crescimento da análise espacial, locacional na Geografia.

Os trabalhos desses autores, embora de cunho regional, abordam questões de caráter espacial, sobremaneira as relações e interações espaciais entre lugares.

Neste sentido, Hettner em seu artigo de 1905 – *Das Wesen und die Methoden der Geographie* – discute a Geografia como "Ciência Corológica da terra ou a ciência das áreas e lugares terrestres em termos de suas diferenças e de suas relações espaciais", ou ainda sobre "a ciência da superfície da terra em termos de suas diferenças regionais, isto é, como um complexo de continentes, terras ("lands"), distritos e localidade" (HARTSHORNE, 1969, p. 18).

Para Hartshorne, o pensamento completo de Hettner, sobre a questão regional e nesta incluída a espacial, talvez esteja contido na sua obra de 1927, expresso neste enunciado.

A meta do ponto de vista corológico consiste em conhecer o caráter das regiões e lugares, através da compreensão da existência em conjunto e das inter-relações dos diferentes domínios da realidade e de suas variadas manifestações, e em compreender a superfície da terra como um todo, em sua organização natural, por continentes, regiões maiores e menores, e lugares (HARTSHORNE, 1969, p. 18).

Em sua obra *La France de l'Est – 1917*, La Blache insiste sobre a função das cidades na formação das regiões modernas, consagrando-lhe extensos comentários. No entanto, de imediato estas considerações não alcançaram a devida compreensão (CLAVAL, 1974, p. 80). Para La Blache, segundo observa Juillard, “cidades e rodovias são as grandes iniciadoras da unidade” (CLAVAL, 1974, p. 80).

Fawcett, em *The Provinces of England – 1919*, expôs uma divisão regional da Grã Bretanha tendo por base as regiões urbanas, reconhecidas a partir da área de influência das grandes cidades (CLAVAL, 1974, p. 81 e CORRÊA, 1986, p. 65).

A obra de Sauer, *The Morphology of Landscape – 1925*, consagrada a estruturação metodológica da Geografia Cultural (JOHNSTON, 1986, p. 67), revela-se potencialmente rica na exploração das relações e interações espaciais, à medida que estas concorrem à definição de uma região cultural. A Geografia Cultural, portanto, empenha-se na busca de evidências dos traços culturais, onde fatores como origem e dispersão são fundamentais à sua compreensão, recorrendo, para tanto, à disposição e à interação espacial. Neste aspecto, a observação de BROEK, 1972, p. 41, acusa a presença da preocupação espacial na Geografia Cultural:

Inicialmente, a Geografia Cultural americana concentrou-se nas características materiais produzidas pelo homem, que davam a uma área seu caráter, isoladamente ou em associação com a disposição espacial, formando a chamada paisagem cultural. Fatores sociais e econômicos como ideologia, costumes, leis, comércio etc., foram reconhecidos como forças que ajudavam a modelar a paisagem, mas não constituíam, em si mesmos, objetos de pesquisa geográfica.

Hartshorne em seu estudo pioneiro de 1927 – *location as a Factor in Geography*, profundamente apoiado na Teoria da Localização Industrial formulada por Weber, apresenta à discussão geográfica os fatores que afetam a decisão locacional (CORRÊA, 1986, p. 64).

Contudo, seguramente, foi sua formulação posterior que contribuiu para esclarecer o papel das inter-relações espaciais na Geografia Regional, como apresenta CLAVAL, 1974, p. 117:

Qualquer fenômeno, seja devido a natureza ou ao homem, tem somente algum significado em geografia à medida que suas inter-relações com os demais fenômenos que se desenvolvem no mesmo lugar (ou em que suas interconexões com os produzidos em outras partes) provocam variações regionais dos ditos fenômenos e, conseqüentemente, da totalidade da diferenciação regional avaliada em função do seu significado para o homem¹⁹.

Diante do exposto, não há como deixar de reconhecer, que no corpo da tradição regional estava presente outra via para o desenvolvimento da tradição espacial.

O extraordinário desenvolvimento dos estudos regionais, sobretudo durante o segundo quartel do século XX, colaborou para definir a afirmação da tradição regional na Geografia Contemporânea.

Todavia, foi justamente a ascensão da região, como objeto privilegiado da investigação geográfica, que desencadearia uma reação em direção à valorização da tradição espacial ou locacional.

Com efeito, segundo GOMES, 1996, p. 223, “Os anos posteriores à guerra de 1939-1945 foram testemunhas de uma reação crítica em relação ao tempo glorioso das monografias regionais na Geografia”.

A crítica acadêmica de Schaefer a Hartshorne, bem conhecida dos geógrafos profissionais, condenando o caráter excepcionalista e idiográfico na geografia regional, representa o ponto de partida para o movimento de renovação da Geografia. Schaefer reprova o estudo do único, na forma de uma tipologia dos quadros regionais. Propõe o direcionamento dos estudos geográficos na busca de leis gerais – caráter nomotético, que concorrem à explicação da ordem espacial, isto é da organização do espaço. Segundo ele, as leis que interessam à Geografia são as leis espaciais. Portanto, estava aberto o caminho para a revolução quantitativa e teórica na Geografia (JOHNSTON, 1986, p. 74-77).

GOMES, 1996, p. 24, considera que esta questão acadêmica – Schaefer/Hartshorne – marcou o fim da etapa da Geografia Clássica.

Todavia, cabe assinalar que o resultado, imediato da questão epistemológica entre Hartshorne – perspectiva idiográfica – e Schaefer – perspectiva nomotética – foi, justamente, estimular o advento desse movimento de renovação da Geografia.

É a partir desta questão acadêmica e dos escritos de Ullman que a visão espacial começa a se firmar, consolidando-se na década de 60 com as publicações de Berry e de Harvey (TAAFFE, 1975, p. 6 e 7).

Este movimento de renovação culminou para definir no quadro da Geografia Contemporânea, a partir de meados do século atual, sua segunda grande etapa – A Geografia Renovada ou A Moderna Geografia, tendo como escopo o estudo da organização do espaço, identificada pela consolidação da tradição espacial. Contudo, diante da pluralidade metodológica e das características da prática geográfica desta etapa, é possível aos geógrafos distinguirem, em linhas gerais, duas sub etapas, designadas por Nova Geografia (1950-1970) e Geografia Crítica, a etapa atual.

A AFIRMAÇÃO DA TRADIÇÃO ESPACIAL

Embora a questão da organização do espaço ou da organização espacial, historicamente, estivesse presente como uma das preocupações fundamentais da Geografia, sob o rótulo locacional ou espacial, é somente após a Segunda Grande Guerra que ela, progressivamente, passa a constituir-se no objeto dominante da investigação geográfica.

Sobre este aspecto, segundo observa BALLESTEROS, 1986, p. X: “(...) a consolidação de uma análise espacial e locacional, que elabora sobretudo modelos de localização de atividades econômicas, é um fato em curso nos anos cinquenta e sessenta”.

No mesmo sentido, CORRÊA, 1986, p. 65, considera que a tese de Willian Bungue – Theoretical Geography – como o final de uma fase polêmica e triunfo do enfoque focacional na Geografia. “A década de sessenta seria marcada por este enfoque”.

A eclosão da questão locacional ou espacial na Geografia desencadeou uma profunda renovação no arsenal teórico-metodológico desta disciplina, a ponto de merecer a designação de Nova Geografia. A afirmação desta questão atesta o reflexo das intensas e rápidas transformações da realidade, bem como, da crise pela qual passou esta ciência. A Geografia encontrava-se deficientemente equipada no seu instrumental teórico, metodológico e operacional para responder aos problemas colocados pela realidade. Portanto, não sem razão, a substancial transformação pela qual passou, a ponto de receber, conforme assinala CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 16, a designação de Revolução Quantitativa e Teorética por Buston, em 1963 e de Nova Geografia por Manley, em 1966.

A Tradição Espacial na Nova Geografia

Como já foi possível observar, face às colocações anteriormente expostas, a tradição espacial, no contexto de processo de renovação da Geografia, identifica-se com o primeiro momento deste processo, designado por Nova Geografia. Diversas designações têm sido empregadas pelos geógrafos para identificar este primeiro momento ou sub etapa: Nova Geografia, Geografia Pragmática, Geografia Aplicada, Geografia Teorética-Quantitativa, Geografia Locacional.

Objetivamente, a preocupação de uma significativa parcela dos geógrafos com os processos espaciais dominou o cenário da Nova Geografia. Neste cenário a questão locacional emerge com todo seu vigor. A organização do espaço, a organização espacial ou ainda o espaço são os rótulos empregados para designar o objeto da Geografia. A organização do espaço é o resultado da ação do homem sobre o espaço, procurando construí-lo, organizá-lo segundo suas necessidades. Portanto, as decisões locacionais no processo de organização do espaço são tomadas pelos homens. Talvez, o melhor adjetivo para esta fase de brilho da tradição espacial fosse Geografia Locacional. Contudo, a história recente da Geografia parece ter consagrado a denominação de Nova Geografia.

Neste quadro, a questão ou a problemática espacial foi o foco da investigação geográfica. Busca-se, novamente, encontrar generalizações que elucidem as estruturas, os padrões, formas, funções espaciais, enfim a organização do espaço. Para tanto, aportam à Geografia contribuições das mais variadas ciências. Os geógrafos recorrem aos recursos da Matemática, Estatística, Biologia, Sociologia, Psicologia, Economia, dentre outras, para compreenderem a dinâmica e a ordem espacial. É o momento da Geografia Aplicada, da Geografia Pragmática com a utilização, em larga escala, das técnicas estatísticas e matemáticas no tratamento dos dados geográficos na busca de relações probabilísticas; dos modelos hipotéticos-dedutivos; da Teoria Geral dos Sistemas; da “Psicologia Comportamental”, com vistas ao conhecimento mais objetivo da “arquitetura espacial”. Assim, a Geografia contribuiria com diagnósticos precisos ao sistema de planejamento, proporcionando elementos valiosos à gestão territorial.

Entretanto, a operacionalidade do conhecimento geográfico, nesta etapa de brilho da tradição espacial, culminou por privilegiar a questão espacial, locacional, negligenciando a questão social no contexto espacial. Não é sem razão que CORRÊA, 1986, 65, em seu artigo O Enfoque Locacional na Geografia, questiona se o enfoque locacional não estaria fora de foco?

Em meados da década de setenta, o paradigma da Nova Geografia entra em declínio. A revolução teorética quantitativa vê-se, no dizer de GOMES, 1996, p. 272, “sucumbir ao peso de outros horizontes críticos, de outras revoluções”. A tradição ou questão espacial permanece

como objeto de investigação, mas agora, debaixo de novas metodologias, de novas propostas de enfoque, sob o paradigma de Geografia Crítica.

A Tradição Espacial na Geografia Crítica

Os recentes acontecimentos sócio-econômicos, bem como, a produção geográfica, em curso nestas duas últimas décadas do século XX, nos permitem discernir que, além da profunda e fértil discussão epistemológica acerca do espírito e propósitos do conhecimento geográfico, a tradição ou questão espacial contínua e persiste como foco central de atenção dos geógrafos contemporâneos.

No entanto, agora, ao contrário da fase da Nova Geografia, a distribuição espacial, bem como, as relações e interações espaciais cedem lugar às relações e interações sócio-espaciais. A análise espacial sobrepõe-se a análise sócio-espacial. Não é mais o fator econômico, locacional que ocupa o cerne da questão espacial, mas sim o fator social. Dessa forma, no estudo da organização do espaço ou da organização espacial ou do espaço privilegia-se as relações e interações sócio-espaciais.

Semelhante a pluralidade de abordagens metodológicas na Nova Geografia para objetivação da realidade geográfica, no contexto da Geografia Crítica emergem, pelo menos até o momento, duas grandes abordagens epistemológicas – neomarxista e humanista.

A primeira alicerçada nos pressupostos teóricos metodológicos do materialismo histórico e do materialismo dialético. Nesta a organização espacial reflete a organização da sociedade, isto é, sua espacialização, determinada pelo modo de produção que a engendrou.

A segunda assentada nos pressupostos teóricos-metodológicos da fenomenologia. Nesta a organização do espaço revela as relações de afetividade e percepção da sociedade com o “lugar” ou com o meio em que vive. A organização espacial emerge como o resultado das relações sócio-espaciais específicas que se estabelecem entre a sociedade e o lugar, mediadas pela sua experiência cultural. A cultura, e não o modo de produção, é a linha mestra na organização do espaço.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, e segundo a abordagem histórica que se adotou na condução deste estudo, for possível precisar as origens da tradição espacial na Geografia entre os “sábios” da Escola de Alexandria – Eratóstenes e Ptolomeu. Da mesma forma, constatou-se que o “código genético”, da perspectiva ou questão espacial presente nas propostas geográficas de Humboldt e Ritter, eclodiu, na Geografia Contemporânea, quando esta questão revelou-se urgente para a sociedade, notadamente a segunda metade do século XX.

Ademais, constata-se que na transição de uma tradição à outra sempre ocorre uma ligeira sobreposição. A sucessão seqüencial de uma tradição por outra não elimina a anterior, elas não são excludentes. No quadro evolutivo da Geografia, as tradições ou questões que alimentaram as preocupações dos estudiosos desta ciência sempre estiveram presentes, todavia, com apogeu em épocas diferentes.

Por fim, o momento atual com elevada densidade de estudos focalizando o social, isto é, priorizando as relações sócio-espaciais na organização do espaço, nos permite vislumbrar a gênese de uma nova tradição ou questão na Geografia – a tradição social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. de. Geografia – Ciência da Sociedade. Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico. São Paulo, Atlas, 1987.
- AZEVEDO, A. de. O Mundo Antigo. São Paulo, DESA/EDUSP, 1965 (Coleção Burity).
- BALLESTEROS, A. G. Teoría Y Práctica de la Geografía. Madrid, Alhambra Universidad, 1986.
- BROEK, J. O. M. Iniciação no Estudo da Geografia. 2ª ed., São Paulo, Zahar Editores, 1985.
- CHRISTOFOLETTI, A. As perspectivas do Estudo Geográfico. In: _____. Perspectivas da Geografia. São Paulo, DIFEL, p. 11-36, 1982.
- CLAVAL, P. Evolución de la Geografía Humana. Barcelona, Oikos Tau, S.A. ediciones, 1974.
- _____. A Nova Geografia. Coimbra, Almedina, 1978.
- CORREIA, R. L. O Enfoque Locacional na Geografia. Revista Terra Livre, 1(1): 62-66, 1986.
- _____. Região e Organização Espacial. São Paulo, Ática, 1986 (Série Princípios).
- DE MARTONNE, E. Panorama da Geografia. Lisboa, Cosmos, 1953.
- FERREIRA, C. C. e SIMÕES, N. N. A Evolução do Pensamento Geográfico. Lisboa, Gradiva, 1986.
- GEORGE, P. Os Métodos da Geografia. São Paulo, DIFEL, 1972.
- _____. Problemas Doutrinas e Métodos. In: ____ et al. A Geografia Ativa. 3ª ed., São Paulo, DIFEL, p. 9-40, 1973.
- GOMES, P. C. da Costa. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.
- HARTSHORNE, R. Questões sobre a Natureza da Geografia. Rio de Janeiro, I.P.G.H., Comissão de Geografia, 1969. (Textos Básicos 4)
- JOHNSTON, R. J. Geografia e Geógrafos. São Paulo, DIFEL, 1986.
- MORAES, A. C. R. Geografia Pequena História Crítica. São Paulo, HUCITEC, 1981.
- _____. A Gênese da Geografia Moderna. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1985.
- MORO, D. A. A Organização do Espaço como Objeto da Geografia. Geografia, 15(1): 1-19, 1990.
- PATTISON, W. D. As Quatro Tradições da Geografia. Boletim Carioca de Geografia, a. XXVII: 131-142, 1976. (Metodologia em Geografia 1)
- SODRÉ, N. W. Introdução à Geografia; Geografia e Ideologia. Petrópolis, Vozes, 1977.
- TAAFFE, E. A Visão Espacial em Conjunto. Boletim Geográfico, 34 (247): 5-27, 1975.

DALTON AUREO MORO

Prof. Dr. do Deptº. de Geografia na Universidade Estadual de Maringá.